



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 20 DE MAIO DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO disposto no parágrafo único, do artigo 360, do Regimento Interno, que prevê a descentralização dos pagamentos de precatórios, por intermédio das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância;

CONSIDERANDO que, em razão dos entendimentos mantidos com a Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda, os valores provenientes de decisões judiciais para pagamento de precatórios contra Autarquias Federais, Estados-membros e Municípios são colocados à disposição Tribunal em conta especial da Caixa Econômica Federal, Filial de Brasília, Posto de Serviços situado no Tribunal Federal de Recursos (Edifício-Anexo);

CONSIDERANDO que as Seções Judiciárias contam, em sua totalidade, com Agência, Posto de Serviços ou outra Unidade da Caixa Econômica Federal, com localização em suas dependências ou proximidades, o que assegura condições de facilidade para efetivar, na origem, os pagamentos resultantes da expedição de precatórios;

CONSIDERANDO que o pagamento de precatórios nas Seções Judiciárias de origem proporciona, outrossim, maior comodidade às partes, especialmente às mais modestas, evitando seu deslocamento a esta Capital para receberem, em muitos casos, quantia de pequeno valor;

CONSIDERANDO, finalmente, a conveniência da adoção, sempre que possível, de medidas visando à desburocratização dos serviços a serem prestados à comunidade, nos seus mais diversificados aspectos, inclusive no âmbito da administração da Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Os valores colocados à disposição do Tribunal Federal de Recursos, para liquidação de precatórios, resultantes de decisões judiciais por ele proferidas, contra Autarquias Federais, Estados-Membros e Municípios, poderão ser pagos, às partes ou a procuradores legalmente habilitados, no Estado de origem, por intermédio de Agência, Posto de Serviços ou outra Unidade da Caixa Econômica Federal, com as quais as Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância mantenham movimento.

Art. 2º Para os efeitos do disposto no artigo anterior, as partes ou seus procuradores, devidamente habilitados, manifestarão o interesse de receber, no Estado de origem, o valor do precatório, mediante petição dirigida ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. A petição a que se refere este artigo será instruída com cópia xerográfica autenticada do cartão de identidade do contribuinte - CIC e da carteira da parte requerente ou do procurador, bem assim com a indicação do respectivo endereço.

Art. 3º Deferido o pedido, o Tribunal expedirá ordem de pagamento, por intermédio da Caixa Econômica Federal, a favor da parte ou de seu bastante procurador, dela constando, também, o número do precatório, a identificação da Agência, Posto de Serviço ou outra unidade da Caixa Econômica Federal, onde se efetuará o pagamento, e referência ao Juízo competente, para autorizar, no Estado de origem, o levantamento do valor remetido.

Parágrafo 1º Nos autos do Precatório permanecerá cópia autenticada pela Caixa Econômica Federal da ordem de pagamento.

Parágrafo 2º Feita a remessa, será enviada, pelo Tribunal, comunicação ao Juízo competente e à parte ou seu procurador habilitado.

Parágrafo 3º No Juízo competente, expedir-se-á a autorização, para o levantamento do valor remetido, em nome da pessoa indicada na ordem de pagamento.

Art. 4º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

(a.) MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

PRESIDENTE